

REUNIÃO INTERCÂMARAS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Data	11 de junho de 2018
Local	Belo Horizonte/MG – Auditório do INDI – Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais, Rua Bernardo Guimarães, nº 1587, 6º andar
Participantes	Lista de presença anexa

Ata Executiva

PERÍODO DA MANHÃ:

[1] – Abertura

Às 11h00 teve início a Reunião Intercâmaras. O Presidente do CIF coordena os trabalhos, agradeceu a presença de todos, e apresentou a proposta de Pauta.

Iniciou noticiando sobre a reunião do NAF – Núcleo de Apoio Técnico de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro e Suporte à Auditoria, que contou com a participação da Presidente do **Ibama – Suely Araújo**. Como desdobramentos foram apresentadas duas demandas ao Núcleo: (a) Análise da demanda de revisão extraordinária apresentada pela Fundação Renova, em especial quanto à proposta de mudança nos prazos de aportes – repasse de recursos, no âmbito do Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos, respondendo objetivamente se a revisão pretendida acarreta ou não prejuízo financeiro ao programa nos termos propostos. Por pertinência, essa demanda foi apresentada também à CT-SHQA. (b) Análise do processo de indenizações por danos morais por desabastecimento de água (Dano da Água), no âmbito do Programa de Indenização Mediada – PIM, indicando e/ou corroborando o posicionamento exposto, ou apresentando eventuais divergências, quanto à natureza das ações – reparatórias ou compensatórias. Por pertinência, essa demanda foi apresentada também à CT-OS).

Como estabelecido no ato de criação, as dúvidas quanto aos aspectos orçamentários e financeiros no âmbito do TTAC, poderão ser submetidas ao NAF.

Em esclarecimento, o Núcleo é integrado pelos seguintes representantes institucionais: 2 (dois) do Governo Federal – Ibama (titular e suplente) e ANA (titular e suplente); 1 (um) do estado de Minas Gerais – SEPA (titular) e INDI (suplente); e 1 (um) do estado do Espírito Santo – SEAMA (titular) e SETADES (suplente). Com relação ao “apoio administrativo” por parte da Renova às atividades das Câmaras, o Presidente do CIF pontuou que já iniciado junto à CT-GRSA, CT-SHQA, e CT-INFRA.

[2] – Custeio das CTs: CTs que enviaram planejamento e alinhamento entre CTs.

Foi relembrado o contexto que consolidou o entendimento de a Renova prover suporte às atividades de acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do TTAC, tendo por base uma Nota Técnica e a posterior Deliberação 157 (leitura integral do conteúdo). Pontuou a questão sobre as “diárias”. O Presidente do CIF apresentou tabela consolidada com a listagem das Câmaras Técnicas que enviaram a programação de custeio (à exceção CT-OS e CT-Saúde). Informou que está sendo providenciada a consolidação, de modo a padronizar as informações, e posteriormente será apresentada à Fundação Renova para conhecimento e adoção das medidas necessárias ao provimento do efetivo custeio.

Esclareceu que o detalhamento e os respectivos procedimentos operacionais deverão ser objeto de entendimento entre a Fundação Renova, o CIF, e as coordenações das Câmaras Técnicas, com a definição dos prazos e dos procedimentos a serem observados pelas partes.

Esclarecimentos sobre futuro ressarcimento de despesas efetuadas pelos órgãos e não custeadas diretamente pela Renova.

[3] – Importância da Análise da documentação sobre “Definição do Programa”.

A CT-Saúde rejeitou o documento apresentado pela Renova, tendo em vista que o conteúdo é bastante precário. A Renova ficou de reelaborar e reapresentar àquela Câmara. A CT-CPDCS sugere retrabalhar um documento mais enxuto (excluindo a referência a ações já executadas), dando foco no **escopo** de programa; devendo-se buscar uma simplificação. Ficou registrado o desconforto generalizado com o pacote de documentos da Renova. Foi reforçada a importância de o CIF apresentar os resultados da análise à Renova (a partir das percepções comuns observadas e apresentadas pelas Câmaras). Para tanto, as Câmaras Técnicas devem concluir a apreciação ao documento para envio de resposta à Renova.

[4] – Edital de Chamada Fapemig / Fapes / Renova (CT-EI)

Destacou-se à supressão do item inicialmente previsto para a **CT-SHQA**, esclarecendo que a própria Coordenadora solicitou a retirada, tendo em vista a necessidade de participar de uma reunião do GT Esgotamento e Destinação de Resíduos da CT SHQA. Ao mesmo tempo, acrescentou que a **CT-EI** solicitou a inclusão de item referente ao Edital de Chamada Fapemig / Fapes / Renova, o qual substitui o item anteriormente reservado à CT-SHQA.

Relatado pelo representante da CT-EI que a FAPES recebeu da Renova proposta, a qual entende que altera o escopo que foi aprovado pelo CIF com base na NT 43 da CT-EI e resultou na Deliberação 139.

Considerando a alteração do escopo e ampliação do mesmo, registra a preocupação de que os recursos estão mantidos em 6 milhões e que a alteração do escopo deveria ser apreciado pelo CIF. Ficou estabelecido que para dar prosseguimento ao desenho e estruturação da Chamada (que seria o próximo passo a partir da assinatura do acordo), o documento / proposta deve ser apresentado para apreciação das demais Câmaras e avaliada a necessidade de submeter ao colegiado do CIF, uma vez que poderá resultar em alteração de abrangência, prazo de execução, valores, entre outros pontos.

– Apresentação Mapeamento do Fluxo de Processos (CT-Bio)

O representante da CT-Bio não pode comparecer, prejudicando a apresentação desse item.

– Informe sobre a situação Krenak (CT-IPCT)

– Debate sobre ações das demais CT direcionadas aos Krenak, Tupiniquim-guarani e Comunidade Quilombola de Degredo (CT-IPCT)

A representante da CT-IPCT iria fazer a explanação por “vídeo”, mas não foi possível por problemas de conexão, prejudicando a apresentação desse item no período da manhã.

Trabalhos foram interrompidos às 12h30.

INTERVALO ALMOÇO

PERÍODO DA TARDE: A REUNIÃO FOI RETOMADA ÀS 14h00

[5] – Informe sobre a situação Krenak (CT-IPCT)

– Debate sobre ações das demais CT direcionadas aos Krenak, Tupiniquim-guarani e Comunidade Quilombola de Degredo (CT-IPCT)

Persistindo a impossibilidade de a coordenadora da **CT-IPCT** (localizada em Brasília) prover as informações por videoconferência, o representante da Câmara, presente na reunião, pontuou os desafios de instalação e realização das atividades, considerando a competência principal de diálogo e o atendimento às comunidades. Explanou sobre o histórico de ocupação / presença dos Krenak na região atingida, destacando que foram os primeiros povos a serem atendidos com acordo emergencial (antes do TTAC). Ressaltou que até hoje os Krenak mostram-se contrários a nova forma de tratativa, por intermédio do TTAC. Apesar de manterem diálogo com representantes da Câmara, a comunidade insiste tratar as questões diretamente com o Vale. Relembrou a aprovação de Deliberação no CIF, sobre a inclusão de famílias no acordo emergencial. Cabe mencionar a participação, por telefone, da representante da SEGOV/PR – Suzane Carvalho, informando a transversalidade dos programas 03 e 04, acompanhados pela CT-IPCT, e a necessidade de realização de reuniões bilaterais com as Câmaras Técnicas que acompanham os programas listados pela Fundação Renova como tendo interface com a CT-IPCT, no sentido alinhar atuação e avaliar as ações que estão sendo realizadas (ou propostas) para os povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, sendo necessário o apoio do CIF para tal.

Foi ressaltada a questão da falta de apoio da Renova para a realização de evento com a comunidade. Esse ponto deverá ser tratado diretamente com a Renova, em uma reunião presencial na terça (12/06/2018).

Identificou sérias interfaces com outras Câmaras e entrará em contato. Registra-se a presença da Coordenadora do Projeto Minas Indígena – Adélia Maia, identificada pelo Governo de Minas como apta a contribuir com as questões relacionadas às comunidades indígenas, sobretudo, a comunidade Krenak.

[7] – Seminário / Oficina de Indicadores de Participação (CT-CPDCS)

Antes de entrar especificamente no tópico, a Coordenadora da CT-CPDCS, relatou uma questão relativa à uma consulta da CT-Rejeitos, em que a Renova estaria aguardando a aprovação da CT-CPDCS para avançar em projeto de comunicação junto aquela Câmara (Rejeitos). Afirmou que tal posicionamento não procedia. Dessa forma, reforçou a importância do alinhamento constante entre as Câmaras.

Na oportunidade, solicitou aos demais representantes das Câmaras Técnicas a indicação de pontos focais que trabalhem com temas de participação e controle social, e que possam compor e colaborar nos trabalhos da CT-CPDCS, tendo em vista o caráter bastante transversal do tema.

Iniciou-se a discussão sobre o Seminário, comentando sobre a multiplicidade de entendimentos e práticas sobre o que seria “participação social”. Para reduzir essa ambiguidade, um dos objetivos do seminário visaria a uma pactuação conceitual dos termos, e posterior estabelecimento de consensos mínimos sobre o que é participação e controle social, e sobre metodologias participativas, bem como sobre indicadores de efetividade dos mesmos. Inicialmente, a estrutura do Seminário foi concebida para realização em dois dias, sendo o primeiro restrito aos integrantes das Câmaras / CIF, e o segundo dia, com a participação da Renova. Foi consenso a necessidade de alinhamento prévio entre as Câmaras para posterior discussão e pactuação com a Renova.

Adicionalmente, foi levantada a preocupação em organizar um evento sem o envolvimento e presença das comunidades e demais interessados na temática, no primeiro momento. Sobre este ponto foi sugerida a discussão preliminar com os integrantes das Câmaras Técnicas / CIF e, posterior discussão com a Renova e com os atingidos. Foi destacado que a ausência de comunicação social esclarecida é uma constante nas ações da Renova. Em geral, nas iniciativas de comunicação com as comunidades prevalece o caráter predominantemente de *marketing* e/ou corporativo.

Após diversas intervenções e comentários, foi levantada a possibilidade de formação de um grupo de trabalho específico para avançar na definição e organização de oficinas ao invés de seminário. Foi indicada a realização de oficinas em quatro etapas: 1) oficina interna para o sistema CIF, 2) oficina com atingidos, 3) oficina com a Renova e 4) oficina com todos os participantes das etapas anteriores. Também, foi sugerido que seja considerada as colaborações de universidades e assessorias do MP, bem como, que possa ser um momento de análise e orientações em relação a nova governança do TTAC que está em sua etapa final. A coordenadora da CT-CPDCS reafirmou a importância da participação de representantes de todas as CT's para a construção coletiva do evento e que fará circular material, para a definição de algumas questões: uma grade sobre a programação; data; qual objetivo; etapas (nivelamento interno e/ou aberto às comunidades / atingidos); número de participantes (tamanho do seminário); entre outras.

– GOVERNO ABERTO (OGP).

Por último, a Coordenadora da CT-CPDCS explanou sobre a discussão do 4º Plano do Governo Aberto, iniciativa capitaneada pela CGU sobre transparência e controle social, tendo sido identificado como tema de interesse o “desastre de Mariana”.

ENCERRAMENTO – 16h30

Pontos de Atenção

Nº	Item	Responsável
RI-[2]	Preparação e apresentação das previsões de custeio.	CT-SAÚDE CT-OS
RI-[3]	Conclusão das tratativas com a Renova, indicando o <i>status</i> e o posicionamento sobre o documento de “definição do programa”.	Câmaras Técnicas
RI-[4]	Análise de alternativa(s) para tratar da alteração do escopo da Chamada, prevista no acordo celebrado entre Fapemig / Fapes / Renova.	CT-EI Secex/ES
RI-[7]	Material preliminar de organização do seminário, para apreciação e colaboração	CT-CPDCS

